

BRASIL, AME-O OU DEIXE-O: O GOVERNO MÉDICI EM VALENÇA

Maria Carolina Figueira Neves dos Santos

Graduada em História pelo Instituto Superior de Educação de Valença.

RESUMO: O presente artigo propõe-se a analisar a visão da sociedade valenciana acerca do mandato do terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici, tomando por base a opinião de professores que lecionavam na época, para analisar qual dos pólos opostos do referido período, a repressão política ou a prosperidade econômica, apresentaram-se de forma mais incisiva na cidade de Valença. Para tanto, foram utilizados relatos orais de professores e de um político da época, além da bibliografia referente ao período. Após introdução ao período de governo tratado, segue-se uma análise dos efeitos do chamado “Milagre Brasileiro” na economia valenciana, na época dominada pela indústria têxtil, e na qualidade de vida dos moradores da cidade. Em seguida, apresenta-se a discussão da situação político-social da cidade no período 1969-1973, referente ao mandato de Médici, analisando os aspectos educacionais, sindicais, as políticas sociais, e a omissão política da população valenciana, concluindo com a análise da aprovação do terceiro governo do movimento iniciado em 1964, a qual foi favorável devido ao caráter conservador da cidade.

Palavras-chave: Valença; Emílio Médici; Sociedade.

ABSTRACT: This article proposes to examine society's view about the Valencian third term of President General Emilio Medici Garrastazu, based on the opinions of teachers who taught at the time, to analyze which of the opposite poles of that period, the repression political or economic prosperity, presented more forcefully in the city of Valencia. To this end, we used oral histories of teachers and a politician of the time, besides the literature on the period. After introduction to the period of government treaty, it follows an analysis of the effects of the "Brazilian Miracle" in the Valencian economy, then dominated by the textile industry, and quality of life for city residents. Then presents a discussion of the socio-political city in the period 1969-1973, concerning the mandate of Medici, examining the educational aspects, labor policies members, and the omission Valencian population policy, concluding with the analysis of Government approval of the third movement started in 1964, which was favorable due to the conservative character of the city.

Keywords: Valencia. Emilio Medici. Society.

INTRODUÇÃO

Aos trinta dias do mês de outubro de 1969, o desconhecido general Emílio Garrastazu Médici foi indicado pelo Alto-Comando das Forças Armadas para ocupar a Presidência da República, após o período de instabilidade política deflagrado com o afastamento do então presidente, o também general Artur da Costa e Silva, por motivos de saúde, sendo substituído por uma Junta Militar. Contrariamente à imagem austera dos generais anteriores, Médici “tentou suavizar sua imagem aparecendo como um homem simples que gostava de futebol, numa época em que o nacionalismo se intensificara com a vitória do Brasil na Copa Mundial de 1970.” (SERBIN, 2001: 60) Seu governo é, sem sombra de dúvida, o período mais conturbado do regime militar iniciado em 1964 e também o menos estudado, havendo mais destaque para o marechal Humberto de Alencar Castello Branco e o general Ernesto Geisel.

O período de governo apresentado recebeu títulos bem distintos entre si, se não opostos: foram ao mesmo tempo os anos do “Milagre Brasileiro”, período de prosperidade econômica, quando o Brasil tornou-se a décima economia do mundo (GASPARI, 2002: 208), e os “anos de chumbo”, quando a repressão aos opositores ao regime instituído tornou-se mais intensa e violenta, levando à prisão e morte de muitos cidadãos, inclusive membros do clero católico.

Tratando-se do aspecto econômico, entre o fim de 1969 e o início de 1970 nota-se uma mudança na postura econômica brasileira, tornando-se mais ousada, com o projeto Brasil Grande Potência, visando elevar o país à pretendida grandeza até os anos 2000, período estimado em que o Brasil ingressaria no rol de países desenvolvidos. Abandona-se a predominância ao incremento industrial, adotando o modelo agrícola-exportador como estratégia de desenvolvimento, fixando a meta de crescimento na ordem de 10% (MACARINI, 2010). O papel central ocupado pela agricultura deve-se à maior facilidade na exportação de produtos agrícolas brasileiros, em comparação com os industriais, além da “abundante disponibilidade de recursos ociosos e a existência de notável capacidade empresarial no setor”. Em vez de um retrocesso, como pode parecer, a adoção do modelo agrícola-exportador tinha como objetivo criar condições para a expansão do setor industrial, como impulsionou a indústria de tratores e fertilizantes.

Outra característica econômica do governo Médici é busca pelo crescimento acelerado, optando por controlar a inflação preservando indefinidamente a correção

monetária, além da concessão de prazos mais longos para o recolhimento dos impostos de setores da economia mais debilitados ou prioritários.

A política econômica teve papel fundamental na construção do ufanismo do período em questão, juntamente com as campanhas publicitárias e os eventos cívicos, que contavam com a participação em peso dos mais diversos setores da sociedade (CORDEIRO, 2009: 87). No entanto, se essa deu bons frutos nos anos de 1970 e 1971, nos dois últimos anos do mandato de Médici a situação mudou. A conjuntura externa de aumento na demanda mundial por alimentos e matérias-primas industriais, somada à crise de superacumulação de capital desencadeada pelas altas taxas de crescimento e a aceleração dos investimentos levou à crise do “milagre”, com manifestações de escassez de alimentos, insumos agrícolas e mesmo de mão-de-obra o que, por sua vez, desencadeou uma especulação que só fez por intensificar a escassez (MACARINI, 2010). Os vultuosos empréstimos tomados em bancos internacionais como o Export-Import Bank, dos Estados Unidos, e o Banco Mundial, obtidos pela segurança que a política econômica do regime parecia transparecer, tornaram o Brasil uma das nações mais devedoras no mundo e provocaram um salto no valor da dívida externa brasileira de 4 para 12 bilhões de dólares entre 1969 e 1972 (HABERT, 1996: 17).

No plano político, o endurecimento do regime podia ser observado desde a edição do Ato Institucional nº. 5, em 13 de dezembro de 1968, ainda no governo Costa e Silva. Estabelecendo o recesso do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, a intervenção nos Estados e Municípios e a suspensão dos direitos políticos e sanções administrativas (ÁVILA, 1975: 70), deu início aos chamados “anos de chumbo”. Nos anos em que o general Emílio Médici ocupou a Presidência da República o processo intensificou-se. Houve a criação dos Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) em julho de 1970, além da supremacia do Exército no setor de segurança nacional, com prevalência tanto sobre órgãos civis quanto sobre Marinha e Aeronáutica. As práticas de tortura tornaram-se instrumento de Estado, justificadas pela sua funcionalidade, indo dos choques elétricos e do pau-de-arara até desestabilização puramente psicológica dos presos. Muitos membros da Igreja Católica foram acusados de subversão ou acobertamento de fugitivos e submetidos às torturas nos “porões” do regime, o que levou alguns membros do clero e representantes das Forças Armadas a reunirem-se em uma articulação denominada Bipartite, que “trabalhou para atenuar ou explicar a suposta subversão católica, para manter a influência da Igreja e para

denunciar as violações de direitos humanos” (SERBIN, 2001: 441). O período marcou a mais grave crise entre as duas instituições mais tradicionais e sólidas da sociedade brasileira, confrontando a Doutrina de Segurança Nacional formulada pela Escola Superior de Guerra e que orientava o regime militar com a ênfase na justiça social da denominada “Igreja Progressista” surgida após as resoluções do Concílio Vaticano II.

O presente artigo propõe-se a analisar a visão da sociedade valenciana sobre seu governo, sob a ótica dos educadores da época. Para construí-lo, foram utilizados relatos orais de professores e de um influente político valenciano, além das fontes bibliográficas.

O “MILAGRE” EM VALENÇA

O momento próspero vivido pela economia brasileira entre 1969 e 1973 não se deu por milagre, apesar da alcunha que recebeu. Seguindo a trajetória já delineada pelos programas econômicos dos dois primeiros generais-presidentes, sustentou-se basicamente no endurecimento das relações de trabalho, abrangendo arrocho salarial e controle sindical, e na abertura proporcionada pelo Estado para a entrada em massa de capital estrangeiro através de empréstimos ou investimentos.

Na construção da memória da redemocratização, o chamado “milagre econômico” foi relegado ao quase esquecimento, ou lembrado exclusivamente pela concentração de rendas que gerou quando foi desestruturado. Fruto do grande entusiasmo pelo regime militar que contagiou grande parte da sociedade brasileira, fato propositalmente “esquecido” pela memória das esquerdas, foi mais do que uma manipulação da economia. Uniu os brasileiros em prol da construção do “país do futuro” e da integração de todas as regiões do Brasil, contida na Doutrina de Segurança Nacional, para a qual foi projetada a rodovia Transamazônica. Mais do que uma “obra faraônica”, a rodovia estava inclusa no programa de ocupação dos espaços vazios, que seriam preenchidos pela população que vivia na miséria na região Nordeste. O clima de prosperidade, a leveza das vitórias brasileiras do início dos anos 1970 foram muito mais sentidas pela sociedade do que o peso da repressão política, não justificando a ocultação de sua memória.

Ao contrário do gabinete do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, formado por políticos tradicionais, a administração Médici era formada em peso por

tecnocratas, que compartilhavam com os militares a crença de que a prosperidade econômica não poderia ser obtida no contexto de um regime político aberto. Esse pensamento justifica, entre outros pontos, o endurecimento do regime e o controle sobre os trabalhadores, com a dura fiscalização sobre os sindicatos e a proibição da realização de greves.

No limiar da década de 1970, Valença vivia um momento de expansão de suas indústrias têxteis, como a Cia. Têxtil Ferreira Guimarães, a Cia. Progresso de Valença, a S/A Fiação e Tecelagem Ultra Moderna Chueke e as Fábricas Unidas de tecidos, Rendas e Bordados. Estas empresas chegaram mesmo a estabelecer contratos com firmas internacionais para a exportação de jeans e outros produtos mais finos. O setor agrícola também mostrava-se ainda estável, decaindo posteriormente devido ao êxodo rural iniciado nos anos 1980. Na opinião do professor Rogério da Silva Tjäder¹, a causa dessa prosperidade econômica era a segurança observada no período estudado, da qual iremos tratar posteriormente. Comumente, o regime autoritário era visto como sustentáculo do *boom* econômico, fato este que dava legitimidade ao governo militar. Em contrapartida, tão logo essa estrutura ruíu, já no governo do General Ernesto Geisel, a popularidade do regime caiu num despenhadeiro da qual nunca se ergueu, levando ao processo de redemocratização em meados da década de 1980.

A cidade oferecia boa oferta de empregos, sobretudo ligados ao setor têxtil e à Fundação Educacional Dom André Arcoverde, criada em 1967, com incentivo da então primeira-dama, dona Yolanda, esposa do general e então presidente da República Artur da Costa e Silva, juntamente com o prefeito de Valença, Dr. Luiz Gioseffi Jannuzzi. A educação superior, inclusive, foi alvo de grandes investimentos por parte do general Médici, alargando a oferta de vagas nos cursos e possibilitando a contratação de mais professores. Notava-se também a existência do setor comercial e de outras pequenas indústrias.

No entanto, no dizer do próprio presidente, “a economia pode ir bem, mas a maioria do povo ainda vai mal” (MÉDICI, 1970: 70). Apesar do grande número de empregos, os salários dos operários industriais eram baixos, situação que levou a manifestações sindicais, reivindicando aos proprietários maior participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Desde o ingresso dos militares no poder em

¹Entrevista concedida pelo professor Rogério da Silva Tjäder na cidade de Valença (PI), em 27 de janeiro de 2010.

1964, os salários eram reajustados pelo governo anualmente de acordo com os índices da inflação passada, levando a uma constante desvalorização dos vencimentos dos trabalhadores, não percebida devido ao controle sobre a circulação de informações que permitia ao governo a divulgação de índices inflacionários irreais.

Nos dizeres de Delfim Netto, Ministro da Fazenda do período Médici, a economia brasileira era um “bolo que primeiro deveria crescer para depois ser repartido”. Quando o “milagre” foi desmascarado, o que se viu foi uma concentração de rendas maior do que no início da implantação da política econômica do referido ministro. O “bolo” econômico rendeu saborosas e recheadas fatias para a classe média; para o povo, no início deslumbrado com os luxos da vida na cidade, o acesso à tecnologia, à televisão, só restaram as migalhas a serem repartidas para todos. A imensa maioria dos trabalhadores tinha vencimentos abaixo de um salário mínimo. Além do mais, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), implantado em 1966 pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, acabou com a estabilidade no emprego, facilitando a rotatividade e a diminuição dos salários dos atuais operários. O arrocho salarial, no entanto, não foi percebido de imediato, pois como já relatado, a oferta de empregos era grande. Com mais pessoas na família empregadas, inclusive mulheres, que aumentaram seu percentual no mercado de trabalho, e menores, a renda familiar mantinha-se como antes ou até aumentava.

Essa alta concentração de renda contraria até as perspectivas do próprio governo revolucionário, expressas no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em 1968, portanto, ainda no governo Costa e Silva. A estratégia abrangia uma política de distribuição de rendas e a criação de um “mercado de massas”, isto é, a possibilidade financeira de que boa parte da população, tanto urbana quanto rural, pudesse adquirir produtos industriais, especialmente não-duráveis, com o intuito de alimentar o setor industrial da economia.

Seguindo esse raciocínio, em 1970 ocorre a instituição dos fundos PIS/PASEP, objetivando reduzir essa concentração de renda, identificada pelo governo como um dos maiores problemas éticos de seu tempo. Financiado pela redução da carga tributária, representou uma ampliação do capital de giro empresarial e da oferta de crédito.

Os sindicatos trabalhistas foram tolhidos nas suas atribuições, restringindo-se a meros órgãos de assistência social. A União Operária Valenciana, onde funcionava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, teve sua sede invadida no dia seguinte à

instauração do regime civil militar em abril de 1964 e vários de seus documentos, como atas, foram levados por agentes do governo, o que gerou sobretudo um desconhecimento da história deste órgão de suma importância política e trabalhista de nossa cidade.

CAMPO SÓCIO-POLÍTICO

Os dois primeiros presidentes militares tentaram restabelecer a normalidade democrática. Os generais Geisel e João Figueiredo tiveram que dar passos para restabelecê-la, pois o regime militar já se enfraquecera fortemente. O mandato do general Médici, no entanto, representou a consolidação do regime de exceção, levando ao poder os militares da chamada “linha dura”, ala que havia sido deixada de lado logo após o golpe cívico-militar de 1964 pelos brandos castelistas. No entanto, durante seu mandato Médici teve que lidar com cisões dentro do próprio governo, vindas desses mesmos militares que tomavam iniciativas repressivas por sua conta e risco.

O período representou a culminância das ações repressivas: os meios de comunicação foram abatidos pela censura, que através da fiscalização de censores determinava o que podia e o que não podia passar ao conhecimento do público em geral, dilapidando obras inteiras; os políticos viviam sob a tensão de serem cassados, ou mesmo de serem caçados pelos órgãos de repressão; os crimes considerados como atentados à Segurança Nacional passaram para a jurisdição militar; prisões arbitrárias violavam qualquer direito de defesa. A censura prévia aos meios de comunicação, instituída em 6 de fevereiro de 1970, determinava que as publicações deveriam ser examinadas por delegados regionais da Polícia Federal antes de sua publicação, só podendo realizar-se sua divulgação após a liberação da autoridade competente. Pela Emenda Constitucional nº1, promulgada pela Junta Militar em 1969, foi estabelecida a possibilidade de aplicação de pena de morte no que se refere à guerra revolucionária subversiva.

Essa repressão característica dos governos militares, particularmente notada no governo Médici, em Valença mostrou-se tão discreta quanto se esperava para uma pacata cidade do interior. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que a cidade contraria o relato da atual memória do regime de uma resistência total da sociedade à autoridade

estabelecida, como se os militares se sustentassem no poder durante 21 anos, sem nenhum grande abalo, simplesmente devido aos seus mecanismos de coerção.

Como já relatado anteriormente, notava-se uma segurança que não existia antes de 31 de março de 1964 e que já não existe nos dias atuais, nos quais os jornais nos mostram diariamente notícias de corrupção e violência indiscriminada. Essa segurança, no entanto, vinculava-se de certa forma ao medo das represálias possíveis, num ambiente de restrição à liberdade de expressão.

Na época, a unidade militar instalada na cidade, o 2º Batalhão de Carros de Combate, comandado pelo Tenente Coronel Atahualpa de Albuquerque, investigava os cidadãos que pudessem influenciar na manipulação do pensamento esquerdista, segundo o professor Rogério da Silva Tjäder.² Possuía um comando atuante e era responsável pelo patrulhamento da cidade. Houve prisões de suspeitos por oposição ao regime em Valença, tanto na referida unidade militar como na delegacia de polícia da cidade, havendo relatos de práticas de tortura nesta última, como a submissão de acusados por subversão a castigos como o pau-de-arara e introdução de velas acesas em seu ânus.

Não existiam manifestações significativas de oposição ao governo em nossa cidade. As poucas e discretas que existiram logo foram silenciadas, não chegando muitas das vezes nem ao conhecimento da maioria da população. A luta armada, os conflitos político-sociais passaram pela população valenciana como se fossem cenas de um filme, que poderiam até impressionar alguns poucos, mas que pareciam distantes da realidade.

O senhor Ney Fernandes relatou que passou um período afastado da cidade de Valença, devido às perseguições que sofria, deixando aqui sua esposa. A referida senhora fora aconselhada por amigas a comparecer a uma missa católica para tentar obter algum alento para o sofrimento pelo qual passava. Chegando à celebração, a senhora foi alvo indireto de represálias pelo pároco, Monsenhor Natanael, retirando-se constrangida³. O fato demonstra o caráter conservador da sociedade valenciana, espelhada em seu clero.

Como já relatado, os sindicatos sofreram intervenções do governo e a União Operária valenciana foi invadida. Em fato relatado pelo senhor Ney Fernandes, integrante da referida organização no período de sua invasão, no dia da deposição do

²Entrevista concedida pelo professor Rogério da Silva Tjäder na cidade de Valença (PI), em 27 de janeiro de 2010.

³Entrevista concedida pelo contador Ney Fernandes na cidade de Valença (PI), em 28 de julho de 2010.

presidente João Goulart, os integrantes da União Operária chegaram a discutir entre si como sentiram por alguns momentos como se estivessem com o poder nas mãos, já que o então prefeito municipal de Valença, senhor Luiz Gioseffi Jannuzzi, dirigiu-se até a sede da organização para discutir com seus integrantes sobre o momento político⁴. No entanto, mesmo quando os sindicatos encontravam-se em plena atividade, os trabalhadores não se filiavam por orientação política, mas sim em busca de apoio na resolução dos problemas concernentes ao seu trabalho.

No período do governo Médici, um grande espaço para a exposição de ideias eram as associações de moradores. Em suas reuniões, realizavam-se palestras e discussões sobre vários itens como saúde, educação, necessidades das comunidades, havendo até a crença de que poderiam criar uma administração paralela à administração municipal, no sentido de adquirir com o dinheiro das próprias associações as necessidades básicas destas. Estes grupamentos contavam com participação ativa da população valenciana, em função das necessidades das comunidades, não do cunho político.

O setor estudantil foi um dos alvos principais do governo militar em seus 21 anos de duração, em todo o país, com foco nas Ciências Sociais, que poderiam esclarecer os estudantes acerca do momento atravessado no país, o que não era interesse dos militares e outros membros do governo. Essa área foi tida por todo o período de governo militar como o berço do terrorismo de esquerda manifestado pelos universitários.

A fiscalização não foi sentida de forma ostensiva pela maioria dos entrevistados, apesar de o professor Nélio Freire ter relatado a convocação de alguns professores do Instituto de Educação Deputado Luiz Pinto, do Colégio Estadual Theodorico Fonseca e da Faculdade de Filosofia para prestar esclarecimentos à polícia na cidade de Volta Redonda⁵. Além disso, no período estudado, o Colégio Valenciano São José de Aplicação enviou diversos ofícios a órgãos do governo, dos quais alguns constam em anexo neste artigo, informando sobre o cotidiano escolar. Em junho de 1970, em resposta à solicitação do Tenente Coronel Atahualpa de Albuquerque feita através do Ofício 91-RP-Circ, foi enviada ao 2º BCC a relação atualizada do corpo docente do colégio. Em maio de 1971 a direção do referido colégio remeteu ao Doutor

⁴Idem.

⁵ Entrevista concedida pelo professor Nélio Freire da Silva na cidade de Valença (PI), em 18 de março de 2010.

Nelson França da Silva, inspetor seccional do Ensino Secundário, o currículo escolar da instituição, conforme solicitação do inspetor. Em julho do mesmo ano, o inspetor também foi informado da ausência de punição de alunos segundo o Decreto Lei nº. 477 (expulsão por movimentação política). Além deste, o Doutor Nelson recebeu informações também acerca dos subsídios didáticos:

A fim de atender Ofício Circular nº. 08, informo a V.S. que os livros de Moral e Cívica adotados neste Colégio são os seguintes:

Antonio Xavier Telles

Maria Braz/José Camarinha Nascimento/João Ribas da Costa

Mussumeci (Vitor) Org. Soc. Pol. Bras.

O Desafio Brasileiro – Murilo Mello Filho – (Subsídio).

Os ofícios supracitados e anexados no fim deste trabalho mostram como se deu a fiscalização sobre o meio estudantil, mesmo que esta não tenha se apresentado expressamente para a grande maioria dos professores.

O campo das Ciências Sociais, como em todo o país, foi o mais controlado pelo regime militar, sendo que os professores que lecionavam a disciplina de Educação Moral e Cívica, criada durante o governo militar com intuito de intensificar o civismo na população, eram fichados no DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) e fiscalizados para averiguar se estavam aptos a dar aulas, segundo a professora Dirce Furtado Dantas Moreira⁶. Além disso, os conteúdos programáticos eram isentos de análise crítica, com as novas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) limitando-se à mera exposição de noções teóricas mais voltadas para o campo social que o político. Os livros nos chamados Estudos Sociais, possuíam mais conteúdos de Geografia do que de História. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei N. 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixa como objetivo da educação de 1º e 2º graus a “qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”, demonstrando nessa assertiva o intuito de integrar a educação ao projeto político-econômico do governo, atendendo aos interesses empresariais e à ideologia de civismo do regime militar.

No que concerne à implementação das novas disciplinas no currículo escolar, destacamos o verbete “Educação Moral e Cívica” da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila:

⁶ Entrevista concedida pela professora Dirce Furtado Dantas Moreira na cidade de Valença (PI), em 08 de junho de 2010.

O Decreto Lei n° 869/1969, regulamentado pelo Decreto n° 68.065/71, torna obrigatória a Educação Moral e Cívica como disciplina e prática educativa nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. Apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade preparar as gerações para o exercício das atividades cívicas fundadas nos princípios da Democracia, da Moral, do respeito e da obediência à Lei e do amor à Pátria. Visa a preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana, o fortalecimento da unidade nacional, o aprimoramento do caráter, levando à compreensão não só de uma liberdade com responsabilidade como também dos direitos e deveres para com a coletividade, o Brasil e suas instituições. Além disso, as escolas de grau médio deverão ministrar curso curricular de “Organização Social e Política Brasileira”, e as de grau superior e pós-graduação o de “Estudo de Problemas Brasileiros”. (ÁVILA, 1975: 256)

O próprio curso superior de História, na visão da professora Maria Regina de Oliveira Silva, não oferecia um ensino muito crítico,⁷ sendo o Departamento de História da Fundação Dom André Arcoverde norteado pelos princípios revolucionários de 1964.

Segundo a grande maioria dos relatos, a intervenção governamental no setor educacional dava-se majoritariamente através dos conteúdos a serem ministrados nas aulas, que objetivavam uma condensação do ufanismo, expresso na época em frases como “Brasil: ame-o ou deixe-o” e “Ninguém mais segura esse país”. Os estudantes também estavam distantes da militância política, quando muito envolvendo-se na campanha eleitoral de algum candidato do órgão legislativo, mas não participavam de movimentos de oposição. O já referido ofício remetido pelo Colégio Valenciano São José de Aplicação negando a punição de alunos pelo artigo 477 demonstra a ausência de envolvimento político dos estudantes ginasiais valencianos.

Em tempos de eleições indiretas, a luta por participação política era um dos faróis da oposição ao regime militar brasileiro. No entanto, segundo Ney Fernandes, o povo valenciano não voltava-se para a política, devido à falta de esclarecimento suficiente sobre o assunto, incentivada pelos próprios políticos, aplaudindo quem quer que estivesse no poder: “Se o Goulart tivesse continuado, aplaudiam o Goulart; o Goulart caiu, aplaudiram quem estava lá em cima”⁸.

⁷ Entrevista concedida pela professora Maria Regina de Oliveira Silva na cidade de Valença (PI), em 18 de junho de 2010.

⁸ Entrevista concedida pelo contador Ney Fernandes na cidade de Valença (PI), em 28 de julho de 2010.

Essa omissão política foi característica do governo Médici, explicitada pela ampla margem de votos em branco nas urnas. O longo período sob um regime autoritário esvaziou a motivação política do brasileiro, que já não tinha muita força. O voto já não fazia muito sentido, já não tinha muita utilidade, pois a vida política havia sido castrada pelos sucessivos mecanismos do governo para favorecer seus correligionários. Se seu candidato ao órgão legislativo, seja a nível local ou federal, poderia ser perseguido ou proibido de opor-se veementemente à situação estabelecida, ou se o Congresso Nacional só ficava ativo quando isso interessava ao governo, de que adiantava escolher um representante que não poderia representá-lo como gostaria?

Em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, o historiador José Murilo de Carvalho questiona:

A pergunta a se fazer é óbvia: o que significava para esses milhões de cidadãos adquirir o direito político de votar ao mesmo tempo em que vários outros direitos políticos e civis lhes eram negados? Que sentido teria esse direito assim conseguido? Mais ainda: o que significava escolher representantes quando os órgãos de representação por excelência, os partidos e o Congresso, eram aviltados e esvaziados de seu poder, tornando-se meros instrumentos do poder executivo? Poderia, nessas circunstâncias, o ato de votar ser visto como o exercício de um direito político? (CARVALHO, 2007: 167)

Para os engajados na política, a anulação ou abstenção do voto significava o desprezo ao sistema bipartidário forjado pelos militares. Já para a massa de eleitores, gente humilde, sem instrução geral, muito menos política, o apoio ao terceiro general-presidente era indiscutível. Médici criou em 1971 o Fundo de Assistência Rural (Funrural), inserindo os trabalhadores rurais na previdência, embora estivesse fora do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A partir de então, os trabalhadores rurais tinham direito à aposentadoria, pensão e assistência médica. A zona rural, base de apoio da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, sorria cada vez mais ao popular general gaúcho. Para completar, Médici ainda incorporou à previdência as empregadas domésticas, em 1972, e os trabalhadores autônomos, no ano seguinte.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 para garantir a construção e aquisição da casa própria pelos integrantes das classes média e baixa, só no primeiro semestre de 1970 havia construído 64.562 casas populares (ÁVILA, 1975: 87), juntando-se às mais de 300 mil unidades adquiridas nos quatro primeiros anos de seu

funcionamento. Seus recursos vinham da taxa de 1% descontada do salário, sujeita ao regime celetista, além das operações de crédito e do FGTS.

Não havia motivo para reclamações. O general quase se igualava ao conterrâneo Getúlio Vargas no quesito populismo. Vargas inaugurou os direitos trabalhistas, Médici aperfeiçoava-os. E ainda ia aos estádios de futebol com um radinho à pilha colado no ouvido.

Aliás, o paternalismo social foi característico dos regimes autoritários da República do Brasil a partir da década de 1930. Em contrapartida à repressão política, garantem-se direitos trabalhistas e instituem programas sociais, com o objetivo de cativar as massas trabalhadoras, grosso da população, para o apoio ao governo. Utilizada por Getúlio, foi reavivada pelos militares e seus aliados no governo.

Predominava a intimidação política baseada na política da “troca de favores”, e o povo não era organizado o bastante para exigir mudanças. A própria televisão era um forte instrumento de manipulação de consciência. Inserida nos empreendimentos de melhoria do setor de comunicações promovidos pelo Governo Federal, a modernização e expansão da televisão acompanhou a euforia do país pelo “milagre econômico”, tornando-se o maior veículo de propaganda do governo; posto, aliás, que ocupa até hoje. A famosa e quase imbatível Rede Globo, propriedade da família Marinho, passou de modesta (e quase falida) emissora para uma poderosa empresa que se espalhou por todos os cantos do país. Coincidência ou não, a emissora nunca poupou elogios ao governo militar e nem deixou de noticiar alguma de suas pomposas realizações.

Quando Médici foi empossado no cargo de presidente da República, as lideranças políticas brasileiras já haviam sido desmobilizadas. A cassação de centenas de parlamentares, os inúmeros recessos do Congresso Nacional, que tornou-se um mero figurante na novela política brasileira do período, já que a Constituição de 1969 permitia que o presidente da República, mesmo com o Legislativo operante, baixasse decretos-leis referentes às finanças públicas e à segurança nacional, e o sistema bipartidarista, formado pelo partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida, tolheram a vida política brasileira e desinteressaram os poucos que ainda se importavam conscientemente com a política.

Na opinião da grande maioria dos entrevistados, Médici foi um governante muito popular, que condensou o ufanismo e soube aproveitar as situações a seu favor, como no caso da conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970, no México.

Nas palavras do brasilianista Thomas Skidmore, a “estratégia de pão e circo funcionou brilhantemente” (SKIDMORE, 1988: 223-4), referindo-se à combinação da ampla oferta de empregos com a figura popular do presidente fanático por futebol, promovida pela AERP. Promover a popularidade de um presidente autoritário, em meio a inúmeras denúncias de torturas e desaparecimentos, que subiu ao poder desprestigiado e desconhecido, ao nível invejável de cerca de 80% de aprovação popular, concordemos, é um trabalho de mestre. O brasilianista discute o trabalho da equipe de relações públicas:

A hábil campanha de RP sem dúvida ajudou muito. Não menor foi a contribuição do extraordinário crescimento econômico. Qual presidente eleito que não gostaria de lançar a seu crédito um crescimento de 11 por cento ao ano? Não menos importante foi a conquista do campeonato mundial de futebol em que o presidente empenhara seu prestígio. Se Médici não fosse popular, ter-se-ia arriscado a comparecer regularmente aos estádios, onde a veia espontânea é sempre um perigo para políticos imprudentes? Seu governo explorou essa popularidade para desviar a atenção da repressão e da distribuição cruelmente desigual dos benefícios do crescimento. (SKIDMORE, 1988: 310)

É claro que a equipe de relações públicas foi auxiliada também pela própria figura do gaúcho Emílio Médici. Além de compartilhar com toda a nação a paixão pelo futebol, como já referido nesse artigo, o general inseria-se na massa. Em seus discursos, sempre referia-se a si mesmo como um homem do povo, cristão como a esmagadora maioria dos brasileiros, defensor dos trabalhadores, aos quais não garantia tão-somente o salário, mas o remédio mais acessível, a moradia, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), a educação para os filhos. Além disso, ressaltava sempre a importância da participação do povo na construção de um Brasil mais próspero, na realização dos grandes projetos nacionais. Foi nessa massa popular que Médici conseguiu a legitimidade para garantir a consecução sem abalos de seu governo.

A reação valenciana ao governo pareceu altamente favorável, acompanhada de sua omissão com relação à política de modo geral. Os militares e agentes do governo gozavam de muito prestígio na em nossa cidade, de acordo com a professora Maria Regina de Oliveira Silva.⁹ Aliás, a aliança dos militares com a tecnoburocracia civil representou um avanço nas relações das Forças Armadas. Fracassado o Movimento

⁹ Entrevista concedida pela professora Maria Regina de Oliveira Silva na cidade de Valença (PI), em 18 de maio de 2010.

Tenentista da década de 1920 devido ao isolamento dos militares, que se achavam os únicos capazes de salvar o país, o golpe cívico-militar de 1964 mostrou que o imaginário de superioridade do Exército não mudou, mas as condições para manter-se no poder foram repensadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das entrevistas e das realizações do governo do General Emílio Garrastazu Médici, centradas no campo social, o resultado obtido foi a majoritária predominância do chamado “Milagre Econômico” em detrimento da repressão política, e a conseqüente aprovação pela sociedade valenciana ao governo do referido militar.

Esse contentamento, no entanto, explica-se pela ignorância da sociedade com relação ao período político atravessado. A falta de circulação de informações, ocasionada pela censura aos meios de comunicação, a ausência de casos relevantes de oposição e conseqüente repressão na cidade de Valença e cercanias e os benefícios sociais garantidos pelo governo tanto à classe pobre quanto à classe média fizeram a sociedade valenciana embarcar empolgadamente na trilha do ufanismo do governo Médici. A classe média, a qual pertenciam grande parte dos professores entrevistados, foi a mais beneficiada do período. Os professores, na época, tinham melhores rendimentos salariais, gozando de situação confortável. A massa trabalhadora foi beneficiada, ao menos em parte, pelos frutos da euforia econômica, já que a oferta de empregos fez com que algumas famílias até melhorassem seu padrão de vida. Além do quesito emprego, o trabalhador ganhou a alfabetização (mesmo que não fosse de tão boa qualidade) do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ganhou casas do BNH, teve a seguridade social ampliada.

Todo esse aparato popular, juntamente com o “milagre”, legitimou o presidente Médici e transformou-o no presidente militar mais popular do Brasil. Muitos o adoravam, como demonstra seu invejável percentual de aprovação popular. Mas muitos também se mantiveram calados. Na opinião do historiador José Murilo de Carvalho no início de seu livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, “todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (CARVALHO, 1997: 11). E isso foi

o que aconteceu em Valença, acompanhando a maior parte do Brasil. Não se sabe se pela falta de iniciativa característica da sociedade valenciana, se por medo de represálias como as que dificilmente chegavam ao conhecimento do povo, mas que haviam sido prometidas inclusive pelo presidente Médici aos que atentassem contra a segurança nacional, o povo assistiu passivamente aos acontecimentos do início da década de 1970.

Nossa pacata cidade interiorana manteve-se calma durante o terceiro governo revolucionário. Não se ressentiu com a situação política do país, nem incomodou os donos do poder. Por seu caráter tipicamente conservador, ficou aqui, no seio do Vale do Paraíba, discreta como até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Padre Fernando Bastos. *Pequena enciclopédia de moral e civismo*. 2. ed. Fundação Nacional de Material Escolar, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *In: Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.22 nº 43, janeiro-junho de 2009, pp. 85-104.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

LEI n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 26 de set. 2010.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici: 1970-1973*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512005000300003&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2010.

MÉDICI, Emilio Garrastazu. *Nova consciência de Brasil*. [s. n.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Helio. *O poder militar*. São Paulo: L&PM, 1987, 3ªed.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ENTREVISTAS

Rogério da Silva Tjäder, em 27 de janeiro de 2010.

Nélio Freire da Silva, em 18 de março de 2010.

Maria Regina Oliveira Silva, em 18 de maio de 2010.

Dirce Furtado Dantas Moreira, em 08 de junho de 2010.

Maria Regina Magalhães, em 09 de junho de 2010.

Ney Fernandes, em 28 de julho de 2010.